

Em **S**ociedade

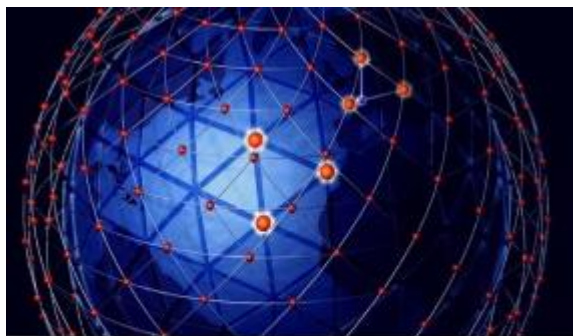
# **Dossiê - Povos e comunidades tradicionais: desafios para as Ciências Sociais**

*Myriam Martins Alvares<sup>1</sup>  
Ricardo Ferreira Ribeiro<sup>2</sup>*

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)/ Professora de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS).

<sup>2</sup> Doutor em Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / Professor aposentado do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS).



## Em Sociedade

O presente dossiê nos convida a pensar na configuração contemporânea de um debate político epistemológico sobre a escrita e a representação da alteridade. A etnografia está imersa na escrita. É no engajamento mútuo entre os pesquisadores e os sujeitos pertencentes aos povos e comunidades tradicionais, em um trabalho cruzado de construção política e de produção narrativas etnográficas que os textos foram construídos. A construção desse dossiê pretendeu, portanto, configurar esse espaço de reunião de uma escrita produzida pelas experiências interculturais a partir das diversas perspectivas de seus múltiplos e variados sujeitos. A estima, a cumplicidade e o compromisso entre esses diversos sujeitos constitui a trama das redes representadas nas narrativas presentes nos artigos aqui reunidos.

Essa experiência de interlocução produz interpretações a partir de contextos interculturais, quer sejam essas experiências em pesquisa ou em atuações em políticas sociais e ações de resistência cultural e política. Torna-se cada vez mais frequente um novo modelo de pesquisa que conjuga o acadêmico e a atuação em políticas públicas, assessorias, militância junto aos povos e comunidades tradicionais a partir dos vínculos e compromissos éticos entre pesquisadores e esses sujeitos. Uma densa produção técnica é constituída a partir das demandas dessas novas e diversas formas de atuação junto à ONGs, órgãos públicos, instituições de justiça e até mesmo de empresas. Novos formatos de narrativa são elaborados também como produções construídas como relatórios técnicos e laudos antropológicos a partir de atuações em assessorias técnicas independentes, consultorias, assessorias e parcerias com as associações civis e com os movimentos sociais.

Quem seriam os assim chamados povos e comunidades tradicionais?

Conforme definição do Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007, seriam “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua



reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”<sup>3</sup>. Além disso, esses coletivos constroem a partir da ocupação tradicional, do uso comum da terra e do significado atribuído à territorialidade uma dimensão fundamental para a sua constituição da sua identificação e tradição cultural, a qual se constitui por uma relação singular com a terra, em contraponto às formas hegemônicas de sua apropriação. Constituem-se como uma imensa pluralidade socioambiental, cultural, econômica que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, em áreas rurais ou urbanas. Atualmente, são nomeadas vinte e oito diferentes modalidades para os povos e comunidades tradicionais. Além dos mais conhecidos, como os povos indígenas e os povos quilombolas, são reconhecidos os povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana, povos ciganos, pescadores artesanais, extrativistas, extrativistas costeiros e marinhos, caiçaras, faxinalenses, benzedeiros, ilhéus, raizeiros, geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros, veredeiros, apanhadores de flores sempre vivas, pantaneiros, morroquianos, povo pomerano, catadores de mangaba, quebradeiras de coco babaçu, retireiros do Araguaia, comunidades de fundos e fechos de pasto, ribeirinhos, cipozeiros, andirobeiros e caboclos, a partir do Decreto nº 8.750 de nove de maio de 2016.

Muitos desses povos tradicionais enfrentam historicamente graves situações de opressão e violência contra sua população assim como invasões e drásticas reduções e destruições de seus próprios territórios originais e vivenciam um processo de agudo enfrentamento em relação à sociedade envolvente. Contudo, esses povos e comunidades tradicionais souberam também reelaborar em seus próprios termos a sua entrada na modernidade, colocando-se politicamente como interlocutores da sociedade nacional e atribuindo para si a agência e o sentido do seu próprio processo histórico do contato. Constituíram múltiplas identidades ocupando assim, novos espaços na cena sociopolítica e conquistando direitos.

Esse processo marcou a conjunção entre os movimentos sociais e os setores intelectuais. Dessa forma, inicia-se a produção de relatos e reflexões, realizadas por suas lideranças e pensadores, assumindo o protagonismo da construção de suas próprias narrativas. A antropologia passou por uma discussão crítica radical dos seus princípios epistemológicos.

---

<sup>3</sup> Fundamental ainda para a definição e a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais foi a promulgação do Decreto Estadual n. 46.671, de 16/12/2014, que criou a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.



Mudaram-se as relações políticas e sociológicas que uniam o pesquisador e seus informantes. Mudou-se a compreensão da natureza dessa relação. A crítica agora não vem somente da própria disciplina, mas também dos sujeitos alvos de suas investigações, reorientando a prática acadêmica. Esses sujeitos transformam-se em seus próprios etnógrafos e historiadores, de objeto tornam-se os autores de suas próprias narrativas culturais.

É, nesse contexto, que a Revista Em Sociedade, do Departamento de Ciências Sociais da PUC Minas, se propôs a dedicar o seu quinto número a essa temática. Nesse dossiê, foram aceitos, conforme edital específico, artigos produzidos a partir de estudos acadêmicos, laudos e trabalhos técnicos, de graduados e pós-graduados, acerca do tema, podendo ser da área de Ciências Sociais e afins; bem como, contribuições de pessoas advindas dos próprios povos e comunidades tradicionais. Em sintonia com a proposta do dossiê e da sua temática, recebemos um variado conjunto de artigos abordando diferentes povos e comunidades tradicionais, que foram organizados em três blocos temáticos.

O primeiro deles, intitulado *Novas antiguidades*, reúne quatro textos que expressam vivamente essa diversidade e, ao mesmo tempo, apresentam em comum a discussão de tradições culturais, das memórias de grupos específicos, transformadas em práticas de resistência frente a ameaças externas de diferentes tipos.

O artigo “Povos e comunidades tradicionais: algumas considerações sobre processos políticos e ecológicos”, de autoria de Breno Trindade da Silva, realiza uma bem cuidada revisão histórica e das suas implicações para o debate político, acadêmico e institucional referentes à construção da categoria “populações residentes / povos / comunidades tradicionais”. Ele destaca que muitos dos grupos abrigados nessa categoria, ao se defrontarem com as ameaças a sua existência, apresentam para nós outros mundos possíveis. Assim, o conhecimento tradicional não se reduziria ao passado, mas seria construído criativamente no presente e projetado para o futuro, apontando novos caminhos.

O Artigo de Bruna Bacelet intitulado “*Maracatu nação como expressão de resistência em contextos de dominação e poder*” desenvolve uma ampla análise histórica das manifestações culturais do maracatu nação, manifestação cultural negra de Pernambuco com uma significativa ligação com as religiões de matrizes africanas e afroindígenas, dentro do contexto colonial como forma de resistência às relações colônias eurocêntricas que o constituíram no passado e se mantém até o presente.



Fernanda Testa Monteiro, no seu artigo “As(os) Apanhadoras(es) de flores sempre-vivas: reprodução social, identidades territoriais e ação política”, apresenta, de forma muito rica, a lógica de reprodução social, conjugando cultivo, criação e coleta de forma complementar, dessas comunidades tradicionais da porção meridional da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, ainda pouco conhecidas fora do seu âmbito regional e, em particular, no meio acadêmico. Elas criaram, em 2010, a Codecex – Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas, que atua sobre diferentes dimensões de sua identidade territorial e luta pela manutenção de suas áreas ancestrais e de seu modo de vida, lidando com desafios de diversas ordens, mas conquistando importantes parceiras junto a entidades da sociedade civil e reconhecimentos na esfera pública.

O artigo de autoria coletiva de Jade Alcântara Lobo, Lúnia Costa Dias e Glaucon Durães da Silva Santos intitulado “Memória Negra, Reconhecimento e Tradição: uma Interpelação Contracolônia da Senzala em Santa Luzia” problematiza a compreensão sobre o sentido da noção de tradição e denuncia o apagamento do lugar do auto reconhecimento das comunidades tradicionais, de religiões de matriz africana e quilombolas e do reconhecimento legal desses mesmos sujeitos. Essa reflexão apresentada a partir de um estudo de caso sobre a transformação da senzala de Santa Luzia em Minas Gerais em um Café Literário.

O segundo bloco de artigos foi reunido sob o título *De fugitivos a afirmativos: os quilombolas de ontem e hoje*, incluindo um conjunto de quatro textos sobre essa temática, que apresentam reflexões diferenciadas sobre ela a partir de distintas experiências de trabalho com estas comunidades.

O primeiro deles é de autoria da Prof.<sup>a</sup> Denise Pirani, que está sendo publicado *post mortem*, como uma homenagem dessa revista, ao seu trabalho realizado, com comunidades quilombolas, no âmbito do Projeto de Extensão Lições da Terra da PUC Minas. O artigo traz um resgate histórico da trajetória do conceito de “quilombo”, para, em seguida, mostrar como ele ganha concretude na sua descrição e análise das comunidades de Baú e Ausente, situadas no município do Serro – MG.

A cientista social Júlia Cotta Lima de Oliveira e Jesus Rosário do Araújo, liderança quilombola de Minas Gerais, se juntaram para elaborar o artigo “Aquilombar-se: lideranças quilombolas como articuladores da cosmologia quilombola”, ou seja, atuam como pontes entre diversos mundos. A partir da sua própria vivência e de outra liderança, Antônio Bispo dos



Santos, do Piauí, e de uma “etnografia itinerante” da autora, o artigo aponta como ambos são portadores de saberes tradicionais dos mestres e mestras quilombolas, reafirmando a identidade étnica; mas, ao mesmo tempo, vêm se apropriando dos espaços, dos códigos e das linguagens ocidentais, resignificando seu modo de ser e o de suas comunidades, visando conseguirem força e visibilidade para a luta por seus direitos.

Frederico Magalhães Siman e Marcelo Leles Romarco de Oliveira são os autores de “A dialética Global-Local: Natureza, sociedade e trabalho no processo de formação da comunidade dos Jorge”, artigo que analisa o processo de territorialização desse quilombo, localizado no município de Peçanha - MG. O trabalho analisa a relação global-local na contemporaneidade e suas expressões na produção do espaço e configurações territoriais e toma o caso desta comunidade, sob os aspectos históricos, econômicos e ambientais, que atravessam o seu processo de formação, para evidenciar, no concreto, como aquela relação se configura.

A Equipe do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) redigiu uma importante contribuição dessa entidade da sociedade civil nos “Trabalhos do CEDEFES junto a comunidades negras e quilombolas em Minas Gerais: 20 anos de experiência”. A partir dos relatórios finais de sete projetos com grupos comunitários, apoiados por esta entidade, entre 2003 e 2022, o texto realiza um resgate da memória das lutas sociais, desde os seus primeiros encontros, passando pela fundação da Federação Estadual das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, que recebeu a denominação “N’Golo”; sua consolidação política e alcançando a organização de comissões regionais. Nesse processo, ocorre não apenas a formação de várias lideranças comunitárias, como a realização de iniciativas de divulgação da causa quilombola, através de eventos, diagnósticos e publicações.

O último bloco de artigos, intitulado *No terreiro: de corpo e alma*, inclui três trabalhos que discutem os saberes e tradições ancestrais dos povos de terreiro de matriz africana, particularmente aquelas sobre a prática religiosa do Candomblé. Partem de etnografias realizadas sobre os rituais que constituem as dimensões da corporalidade e da constituição da noção de pessoa.

O primeiro artigo desse bloco “*Comidas de santo e quizilas: reflexões sobre as práticas alimentares de um povo de terreiro*” de autoria de Luiz Fábio Pinheiro Lima, Cláudia Luz de Oliveira e Marcos Esdras Leite, fundamenta-se em uma profunda e prolongada pesquisa etnográfica realizada no terreiro de Candomblé, localizado na cidade de Novo Gama em Goiás,





sobre a relação entre a comida e a religião como constituidora da pessoa. A perspectiva do olhar da investigação partiu do local de sua própria produção, da *kafubera* – a cozinha do terreiro – elemento central da constituição das identidades dos adeptos e onde se dá a circulação dos saberes sobre os significados das comidas de santo e das suas *quizilas* - restrições rituais de práticas alimentares. A iniciação ritual implica em um processo de metamorfose da pessoa que constitui o corpo como a morada do sagrado, para que isso ocorra, é necessária a realização de um complexo conjunto de saberes sobre práticas de consumo e restrição alimentares.

O segundo artigo intitulado “OLUBAJÉ: O grande ritual de manutenção da saúde no Candomblé” apresenta uma sensível etnografia sobre esse ritual, assim como várias narrativas construídas por adeptos dessa religião sobre os seus próprios percursos de adoecimento e de práticas de cura. O intuito foi o de realizar uma reflexão sobre as construções de significados para os conceitos de saúde, doença e cura na tradição do Candomblé a partir de uma epistemologia Africana-Yorubá. A etnografia realizada por Larissa Andrade Silva, graduanda em Ciências Sociais pela PUC-Minas tem como fundamento a pesquisa realizada para a construção de sua Monografia de final de curso, sob a orientação da professora da PUC-Minas Myriam Martins Alvares e está alicerçada em sua própria posição de iniciada no Candomblé e de pertencimento ao campo investigado, sendo que nos últimos cinco anos, ocupa o lugar de liderança religiosa feminina denominado *Ekedji*.

Ainda na temática da religião do Candomblé, através de uma revisão bibliográfica e da observação indireta de rituais, o artigo seguinte intitulado “No balanço do mar: A dança de Iemanjá como relação do corpo com o sagrado no Candomblé” de autoria de Raphael Felipe da Silva de Jesus, investiga sobre o significado do processo da dança de Iemanjá como construção da corporalidade do adepto do Candomblé inscrito na dimensão da mitologia, da iconografia e da ritualística dessa religião.

Finalmente, esse número da Revista *Em Sociedade* conta ainda com a primorosa Resenha do livro *Arrastados: os bastidores do rompimento da barragem de Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil* de Daniela Arbex, publicado este ano pela Editora Intrínseca, sobre o rompimento da Barragem B1, em Brumadinho.